

ENTRE O CORPORATIVISMO E O PLURALISMO: A TRAJETÓRIA DO SINDICALISMO BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 1990

Aluno: Irineu Belo Balbi
Orientador: Ricardo Ismael

Introdução

A partir de uma perspectiva histórica é possível observar que as bases do sindicalismo corporativo, implantadas durante o primeiro governo Vargas, atravessaram diferentes momentos da história política do país, apresentando como exemplo de longevidade legislativa e institucional, apesar das críticas recorrentes. No final dos anos 1970 surge o denominado novo sindicalismo, na região do ABC paulista, que pretendia derrubar os principais pilares do corporativismo sindical, ao defender um sistema de representação de interesses dos trabalhadores pluralista, o qual buscava a ascensão de organizações voluntárias e competitivas como as centrais sindicais.

O debate entre corporativismo e pluralismo esteve presente na elaboração da Constituição de 1988, naquela oportunidade a postura de deputados petistas, representantes do ideário do novo sindicalismo encarnado pela Central Única dos Trabalhadores, favoreceu a manutenção das principais bases do sindicalismo corporativo. Essa inflexão contribuiu de forma significativa para a consolidação de um sistema híbrido de representação de interesses dos trabalhadores no Brasil, estrutura corporativista (representada pelos sindicatos e federações) e arranjos pluralistas (tendo como exemplo maior as centrais sindicais) convivessem juntos. Essa nova configuração da representação de interesses dos trabalhadores é o principal foco da pesquisa, tomando como base a trajetória do sindicalismo brasileiro a partir da década de 1990.

Objetivos

A pesquisa em andamento encontra-se no seu segundo ano. Nesta etapa atual tem procurado priorizar a discussão sobre a evolução do sistema de representação de interesses dos trabalhadores durante o governo Lula (2003-2010). Para isso pretende verificar a composição do Ministério do Trabalho e Emprego ao longo do Governo Lula, avaliando a postura das organizações sindicais e centrais sindicais, diante de um governo cuja liderança política maior tem origem ligada ao movimento sindical. Adicionalmente, deseja-se fazer um levantamento dos principais indicadores do mercado de trabalho na primeira década do século XXI, como emprego, renda, proteção social e desigualdade. Finalmente, serão realizadas no segundo semestre de 2011 entrevistas com representantes de sindicatos e centrais sindicais para melhor compreender os impactos da Lei 11.648/2008, em que as centrais sindicais passam a receber uma parcela do imposto sindical, bem como sobre a relação entre as organizações dos trabalhadores e o Governo Lula.

Metodologia

A segunda fase da pesquisa envolverá as seguintes etapas: 1) Verificar a composição do Ministério do Trabalho e Emprego desde o 1º Governo Lula, com o intuito de melhor compreender a relação do PDT com o PT a partir de 2003; 2) Descrição do contexto político, econômico e social da primeira década do século XXI, em particular de 2003 a 2010, com enfoque no governo Lula, realizando um levantamento de dados sobre o mercado de trabalho

emprego, renda, proteção social e desigualdade; 3) A realização de entrevistas com representantes de sindicatos e de centrais sindicais, com sede na cidade do Rio de Janeiro, para avaliar o impacto da Lei 11.648/2008 e a convivência na década passada entre os dois tipos de representação dos interesses dos trabalhadores, bem como a postura dessas organizações durante o governo Lula; 4) Analisar a relação das centrais sindicais com o Governo Dilma, tendo como enfoque a votação sobre o novo valor do salário mínimo para 2011, atualização da Tabela de Imposto de Renda e demais assuntos relevantes da agenda política das centrais sindicais, buscando traçar, na medida do possível, uma comparação com o governo Lula.

Conclusões

Durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista e principal líder do movimento conhecido como novo sindicalismo, foi aprovada a Lei 11.648/2008. A partir disso, as centrais sindicais que atendem os requisitos mínimos definidos pela lei, passam a receber 10% do imposto sindical compulsório, sendo este uma das principais bases do sindicalismo corporativo. O fortalecimento de um sistema híbrido de representação de interesses dos trabalhadores também fica evidente na formação do Ministério de Trabalho e Emprego durante o governo Lula. A partir de seu segundo mandato, Lula nomeia o então presidente do PDT, Carlos Lupi, para assumir esse Ministério. Historicamente o Partido Democrático Trabalhista defendeu o modelo corporativo e, recentemente, passa a conviver com o PT no governo, cujo partido era o grande representante do movimento sindical defensor da pluralidade sindical.

De forma breve, é possível afirmar que a década passada foi favorável economicamente aos trabalhadores, a partir de dados divulgados pelo IBGE. O salário mínimo teve aumento de 44,53% entre 2003 a 2011; a taxa de desocupação nos meses de fevereiro caiu de 11,6% em 2003 para 6,4% em 2011. Por outro lado, o Índice de Gini do rendimento mensal dos trabalhadores apresentou queda pouco representativa de 2004 a 2009 (de 0,547 para 0,500), assim como o IDH que em 2010 foi de 0,699 e o de 2000, em 0,649; conforme dados do PNUD. Tomando como base esses índices é possível afirmar que a década passada foi favorável economicamente. Esse cenário, portanto, favoreceu os trabalhadores brasileiros, contribuindo para o apoio massivo das centrais sindicais no final do Governo Lula, repercutindo, assim, no apoio à sua candidata eleita para a Presidência da República, Dilma Rousseff.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edusp, 1997.

INÁCIO, José Reginaldo (org.). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins (org.). **O Futuro do Sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Partidos e Sindicatos**: Escritos da Sociologia Política. São Paulo: Ática, 1990.

SCHMITTER, Philippe. **Continua el siglo del corporativismo?** Caracas: Nueva Sociedad, 1998.